RIO DAS OSTRAS

Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REDE OBSERVAÇÃO

Rede Observação

Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea "Mapas de conflitos e resistências" foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.

Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das

comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

I - Sujeitos prioritários;

II - Localidade;

III - Tema gerador municipal;

IV - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;

V - Estruturas geradoras de conflitos;

VI - Conflitos monitorados;

VII - Contexto do conflito;

VIII - Mapeamento Participativo;

IX - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, "estruturas geradoras de conflitos", diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal.

Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o "contexto do conflito". Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como

sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

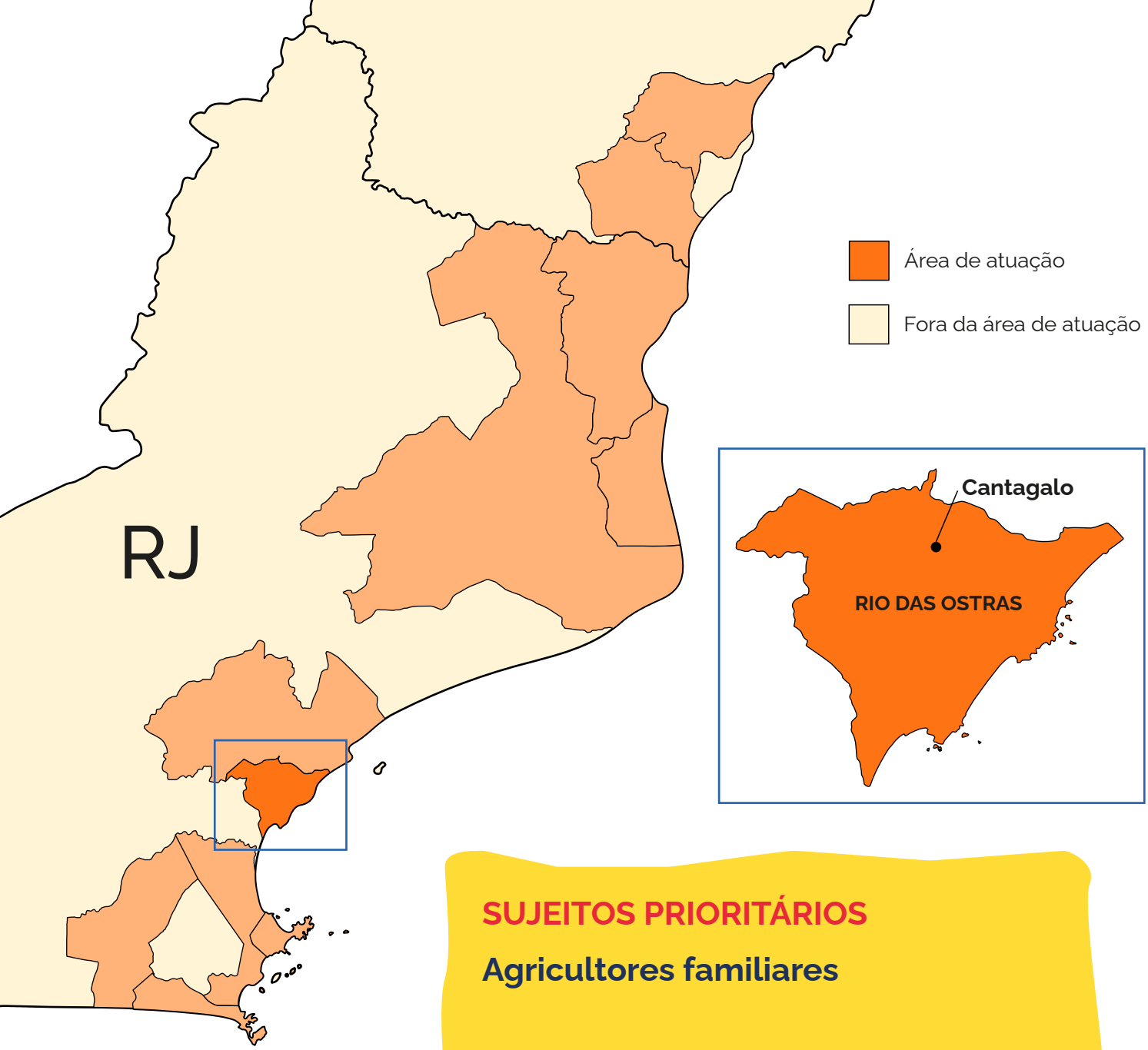
A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Rio das Ostras.



SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Agricultores familiares

LOCALIDADE

Andorinhas - Cantagalo

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Acesso a políticas públicas no enfrentamento à descaracterização do território rural

Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Crescimento de atividades industriais
- Expansão urbana
- Pressão sobre o uso e ocupação do solo
- Mudança no zoneamento do município
- Descaracterização do território rural
- Crescimento populacional desordenado
- Especulação imobiliária
- Dependência econômica do município em relação ao setor de petróleo e gás

Estruturas geradoras de conflitos

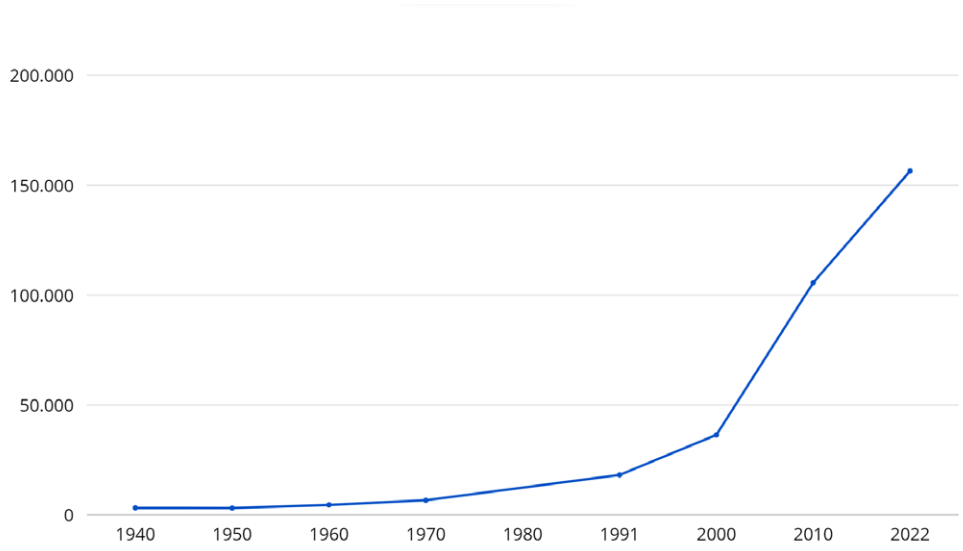
- Zona Especial de Negócios (ZEN)
- Subestação Lagos
- Plantação de eucaliptos da empresa Sonda
- Ineficiência de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar

Conflitos monitorados

- Posse da terra
- Escoamento da produção
- Acesso a políticas públicas voltadas para agricultores familiares
- Acesso a transporte público

Contexto do conflito

Rio das Ostras é um município localizado na Região das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro. De acordo com o último censo do IBGE (2022), sua população é de 156.491 habitantes e o município tem o maior crescimento populacional do estado. A série histórica que retrata sua população está representada no gráfico a seguir, onde é possível observar um crescimento mais significativo a partir da década de 2000:



Série histórica da população de Rio das Ostras.

O crescimento de Rio das Ostras tem uma relação direta com a cadeia produtiva de petróleo e gás. O município, emancipado em 1992 pela lei estadual nº 1984, tem nas rendas petrolíferas a sua principal fonte de renda. Além disso, é vizinho de Macaé, conhecida como a capital nacional do petróleo.

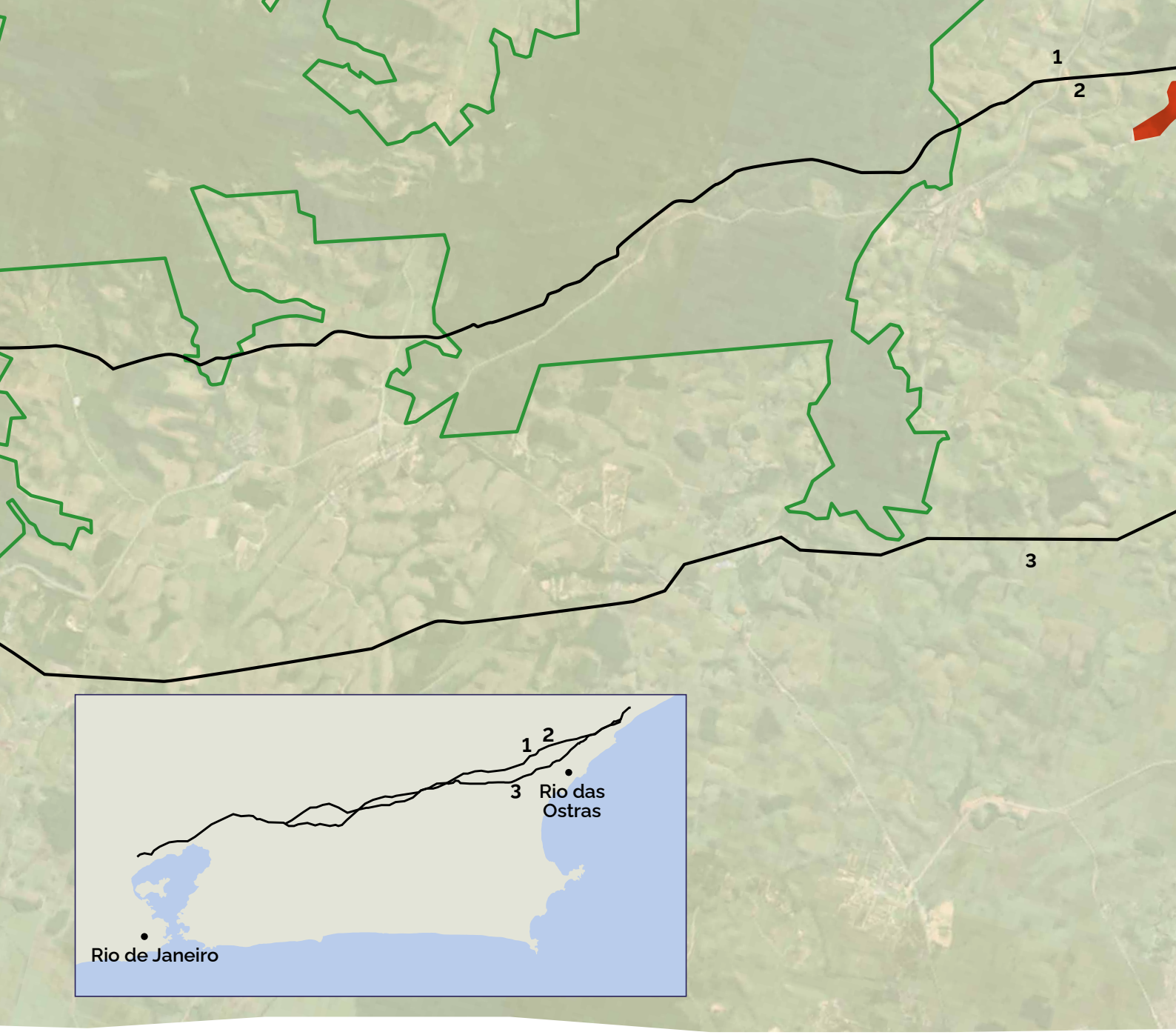
Localização estratégica de áreas industriais.

No limite entre os dois municípios, está localizada a Zona Industrial de Imboassica, em Macaé, com a presença da Petrobras e outras empresas voltadas para a cadeia produtiva de petróleo e gás. No lado de Rio das Ostras, está estrategicamente localizado o Distrito Industrial Municipal - Zona Especial de Negócios (ZEN), com uma área de mais de um milhão de metros quadrados e que segue em expansão. A ZEN começou a ser implantada em 2004 e, desde então, recebe incentivos políticos e fiscais para fomentar as atividades empresariais e industriais no município, sendo a grande maioria relacionada à cadeia produtiva de petróleo e gás. Vale destacar que, devido à influência desse setor na economia local, o nome da rodovia que começa na ZEN e corta Cantagalo é "Avenida Petróleo e Gás".

ZEN

A relação de dependência do município é tão grande que a crise do petróleo iniciada no final de 2014 gerou consequências no saldo de empregos do município. Nos anos de 2015 e 2016 houve um saldo negativo expressivo nos empregos formais, evidenciando a forte relação do mercado de trabalho com a cadeia produtiva de petróleo e gás. Para além dos empregos formais e diretos nesse setor, o aumento do desemprego também afetou outros setores da economia, como um efeito cascata, pois a diminuição da renda que circulava no município refletiu na diminuição do consumo de produtos e serviços.

A existência de dutos cruzando o município reforça a presença dessa cadeia produtiva na região. A localidade de Cantagalo, por exemplo, é atravessada pelo GASDUC III, que é o maior gasoduto em diâmetro da América do Sul. Com 180 km de extensão, o gasoduto foi construído em 2008 para conectar o Terminal de Cabiúnas (Macaé) ao Terminal de Campos Elíseos e à Refinaria Duque de Caxias (Duque de Caxias), cortando áreas urbanas e rurais e gerando impactos para agricultura familiar. Próximo à Fazenda Andorinhas, passam o OSDUC-I e o OSDUC-II, oleodutos que também conectam o Terminal de Cabiúnas ao Terminal de Campos Elíseos e à Refinaria Duque de Caxias.



— **Reserva Biológica União**

1 **OSDUC-I**
Oleoduto que conecta o Terminal de Cabiúnas ao Terminal de Campos Elíseos.

2 **OSDUC-II**
Oleoduto que conecta o Terminal de Cabiúnas à Refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

3 **GASDUC-III**
Gasoduto construído em 2008 para conectar o Terminal de Cabiúnas (Macaé) ao Terminal de Campos Elíseos e à Refinaria Duque de Caxias (Duque de Caxias). Impactou a agricultura familiar.

1 **Universidade Federal Fluminense**

2 **Observatório Rio das Ostras**

1 **Escola Municipal Agrícola Carlos Maurício Franco**
Primeira escola agrícola do município, foi uma conquista da comunidade. Resultado da articulação entre EMATER, Observatório Rio das Ostras, P.A. Cantagalo e Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, sua inauguração ocorreu em 2019. Depois de 30 anos de espera, a escola de Ensino Fundamental foi implementada com uma proposta pedagógica de acordo com as características locais, culturais e econômicas da zona rural. Porém, após a pandemia de Covid-19, a escola passou a funcionar sem as disciplinas agrícolas.

2 **Galpão do Feijão**
Local onde acontecia a Festa do Feijão até 2021. Nome oficial: Socioambiental Pau-Brasil.

3 **Casa Branca**
Ponto de apoio e de partida do coletivo Andorinhas.

4 **Casa de farinha**
Espaço coletivo de produção de farinha.

5 **Parque Municipal de Rio das Ostras**
Até 2016 os agricultores da região recebiam compostagem e mudas no local.

1 **Concreteira Concrelagos**

2 **Retirada de terra para a área do shopping**

3 **Válvula do gasoduto**

4 **Posto de Gasolina**

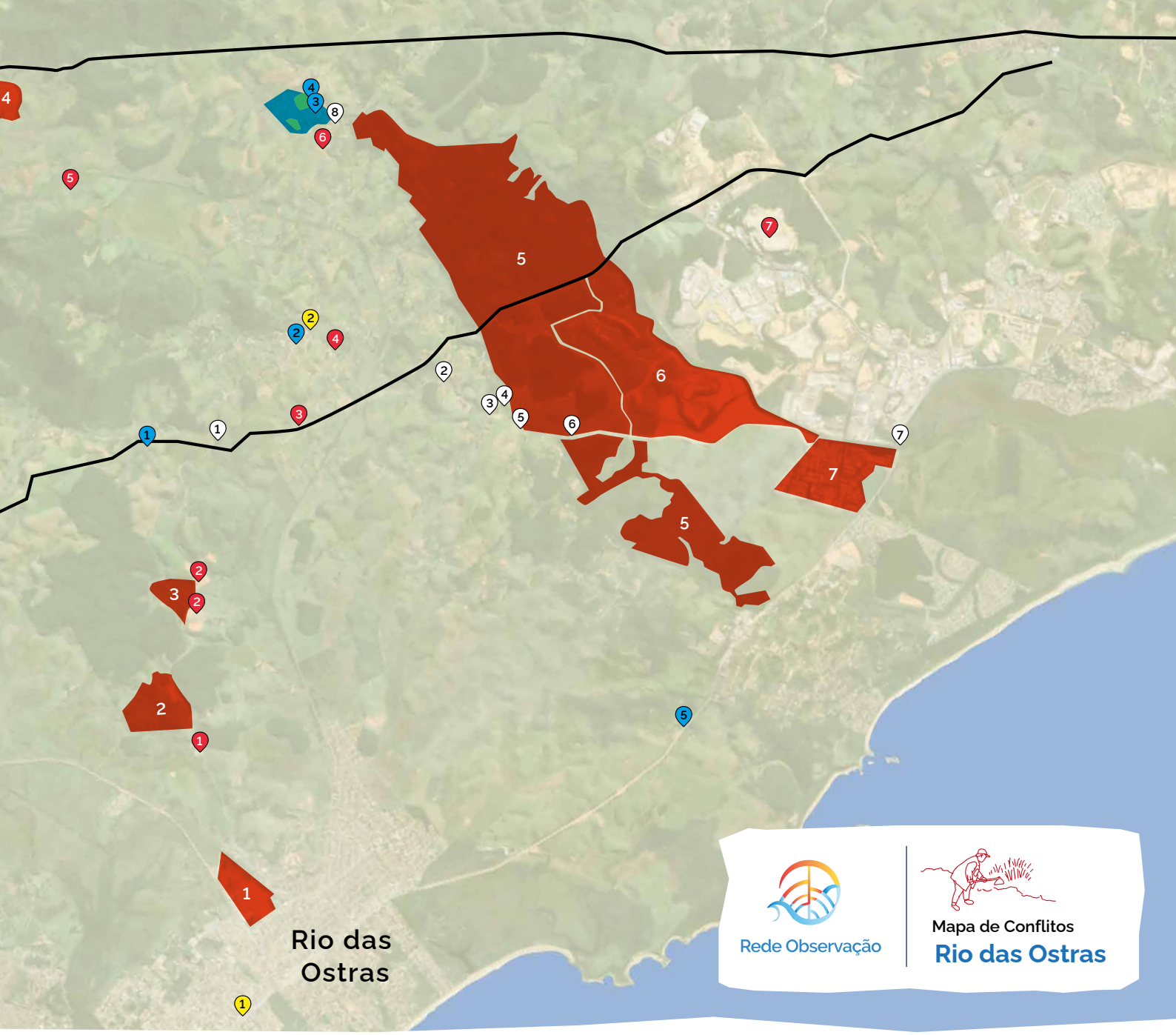
5 **Antiga Pedreira Jundiá**

6 **Pista de motocross**

7 **Pedreira Jundiá**

1 **Cemitério**

2 **Entrada para Toca do Coelho**



Rede Observação

Mapa de Conflitos

Rio das Ostras

③ **Entrada do Casarão**

④ **Antigo galpão do INCRA**

⑤ **Entrada de São Leandro**

⑥ **Entrada do eucalipto**

⑦ **Divisa entre Macaé e Rio das Ostras**

⑧ **Campo de futebol**

1 **Expansão urbana**

2 **Área de expansão urbana**

3 **Expansão urbana**
Área prevista para um loteamento. Inicialmente foi embargado em função da proximidade com a Rebio União, pois a área de vegetação ao lado pertencia à Zona de Amortecimento. Mas foi liberado posteriormente. Após sua municipalização, essa área virou uma reserva e, depois, deixou de ser uma área protegida.

4 **Subestação Lagos**

5 **Área de eucalipto**
Monocultura de eucalipto da empresa Sonda. Dentre os impactos ambientais dessa monocultura, destacam-se o empobrecimento de nutrientes no solo e a retirada significativa de água, que contribui para um balanço hídrico deficitário, rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes.

6 **ZEN 2**
Área de expansão da Zona Especial de Negócios (ZEN).

7 **ZEN**
Distrito Industrial Municipal Zona Especial de Negócios (ZEN). Localizada estrategicamente, ao lado de uma Zona Industrial de Macaé, recebe incentivos fiscais para fomentar as atividades empresariais e industriais no município, sendo a grande maioria relacionada à cadeia produtiva de petróleo e gás.

Andorinhas
O coletivo Andorinhas é formado por pessoas que vivem da terra, plantando em seus quintais, criando animais e comercializando seus produtos nas feiras agroecológicas. Os agricultores familiares enfrentam uma disputa judicial pela terra e lutam pelo reconhecimento por parte do poder público municipal. Além disso, enfrentam dificuldades relativas ao acesso a políticas públicas de fomento à agricultura familiar e à infraestrutura básica. Resistem à especulação imobiliária, expansão urbana, descaracterização do território rural e crescimento da ZEN.

Reserva definida pelo coletivo

Outros grandes empreendimentos, além da ZEN, representam uma ameaça ao território dos agricultores. A Subestação Lagos, que transmite e distribui a energia proveniente da Usina Termelétrica Marlim Azul, também está situada próxima à Fazenda Andorinhas.

Válvula do GASDUC III

Na Avenida Petróleo e Gás, está localizada a plantação de eucalipto da empresa Sonda. Dentre os impactos ambientais dessa monocultura, destacam-se o empobrecimento de nutrientes no solo e a retirada significativa de água, que contribui para um balanço hídrico deficitário, rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes. Esses fatores resultam em desequilíbrio ambiental e impactos para a produção agrícola local.

Além disso, tem crescido o número de loteamentos na região, descaracterizando a área rural. Nesse sentido, nota-se que o processo de expansão industrial foi acompanhado de pressão sobre o uso e ocupação do solo, urbanização, especulação imobiliária, aumento da população, crescimento desordenado, descaracterização do território rural, dentre outras transformações no território.

O cenário desfavorável à agricultura familiar foi agravado ainda mais em função do sucateamento do Departamento de Agropecuária (Deagro), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Rio das Ostras. Com a mudança da gestão municipal, em 2018, houve um enfraquecimento da agricultura familiar. Nesse período os contratos das máquinas com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) foram suspensos e os agricultores perderam o apoio técnico e de maquinário. Com os sucessivos cortes de verba, em 2022 o Deagro ficou ainda mais fragilizado e a horta comunitária foi extinta.

Além disso, houve o cancelamento da tradicional Festa do Feijão. A festa, que completou sua 16ª edição em 2022, celebrava a colheita do alimento. Sua origem remete a 2005, quando foi implantado o Programa de Apoio ao Plantio de Feijão, apelidado pelos agricultores de "Projeto Feijão Maravilha". A iniciativa municipal tinha como objetivo incentivar a produção agrícola, fornecendo assessoria técnica, maquinário e insumos para os agricultores.

Diante da pressão sobre o uso e ocupação do solo, associada à industrialização e à urbanização de Rio das Ostras, em 2012 foi iniciado um processo de enfraquecimento desse projeto. Isso é evidenciado na própria organização da festa. Se antes a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca realizava a festa com os produtores rurais da cidade, na sua reta final, a realização ficou sob comando da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Plantio do feijão

É nesse contexto de direcionamento de recursos públicos para fomento da atividade industrial e grande importância econômica municipal do setor de petróleo e gás que os agricultores de Andorinhas estão localizados.

Agricultora Iracema na lavoura

As famílias que hoje ocupam o coletivo Andorinhas vieram de um acampamento em Rocha Leão, que se chamava "Nelson Mandela". Esse coletivo é formado por pessoas que vivem da terra, plantando alimentos, criando animais e comercializando seus produtos nas feiras agroecológicas. Existe uma grande diversidade de cultivos, havendo lotes com cerca de 30 espécies alimentícias diferentes.

Agricultora Alcimara com produtos da agricultura familiar

Desde 2017, quando 53 famílias ocuparam essa área, os agricultores familiares enfrentam uma disputa judicial pela terra e lutam pelo reconhecimento por parte do poder público municipal. Além disso, enfrentam dificuldades relativas ao acesso a políticas públicas de fomento à agricultura familiar e à infraestrutura básica. O transporte público é precário e, como Andorinhas fica em uma área de estrada de terra, quando chove, o único transporte se nega a passar pela localidade.

Território agrícola

Mesmo diante desse cenário, os agricultores seguem resistindo aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás através do fortalecimento do grupo, organização social e luta por maior visibilidade para garantir a manutenção da atividade tradicional.

Agricultora Tereza com sua bandeira de luta

Diante da demanda de uma identidade visual do Coletivo Andorinhas, identificando e representando o grupo principalmente em feiras, foram realizadas atividades com o eixo de Comunicação Popular para a construção coletiva dessa imagem. Devido à metodologia utilizada, todos os elementos presentes foram resultantes da contribuição ativa dos integrantes do coletivo durante as atividades pedagógicas do projeto.

Identidade visual do Coletivo Andorinhas construída de forma participativa em atividades do eixo de Comunicação Popular do PEA Rede Observação

Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e outubro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados ao conflito vivenciado pelos agricultores familiares e que foram considerados importantes por eles. Através do recurso "imagens históricas" do programa, os participantes observaram as transformações ocorridas na região de Cantagalo, como o crescimento de atividades industriais e a expansão urbana.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos, áreas e linhas.

Os **PONTOS VERMELHOS** referem-se a estruturas de atividades geradoras de conflitos, como pedreiras, pista de motocross e posto de gasolina.

Os **PONTOS BRANCOS** sinalizam alguns acessos a localidades, como as entradas para o Casarão, Toca do Coelho e São Leandro, além da divisa entre os municípios de Rio das Ostras e Macaé.

Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições aliadas à atividade tradicional, como o Observatório do PEA Rede Observação e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os **PONTOS AZUIS** identificam locais de referência para os agricultores, como o Galpão do Feijão, onde acontecia a Festa do Feijão até 2021; a Casa de Farinha, espaço coletivo de produção de farinha para geração de renda construído em 2018; a Casa Branca, ponto de apoio e de partida do coletivo Andorinhas; o Parque Municipal de Rio das Ostras, local onde, até 2016, os agricultores da região recebiam compostagem e mudas; e a Escola Municipal Agrícola Carlos Maurício Franco. A escola é a primeira escola agrícola do município e sua inauguração, em 2019, foi uma

conquista da comunidade. Depois de 30 anos de espera, a escola de Ensino Fundamental com uma proposta pedagógica de acordo com as características locais, culturais e econômicas da zona rural foi resultado da articulação entre a Emater-Rio, Observatório Rio das Ostras, Projeto de Assentamento (PA) Cantagalo e Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.

As **ÁREAS EM VERMELHO** simbolizam aquelas geradoras de conflitos. São exemplos as áreas industriais, as áreas de expansão urbana, a Subestação Lagos e a plantação de eucalipto.

A **ÁREA EM AZUL** representa o território agrícola de Andorinhas.

Por fim, as **LINHAS COR DE CHUMBO** localizam os dutos que cortam a região de Cantagalo, sendo eles o GASDUC-III, o OSDUC-I e o OSDUC-II.

Durante os encontros, o grupo debateu sobre as transformações ocorridas nessa parte do município, relacionando o incentivo do poder público à expansão industrial e a descaracterização do território rural. O apoio a essas atividades em detrimento da agricultura familiar resulta no agravamento da situação dos agricultores, que já sofrem com a ausência de políticas públicas e ainda lidam com a pressão no território agrícola.

No site[1] do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

1. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com

Formas de atuação frente ao conflito

Em 2018, os agricultores de Andorinhas receberam a primeira ordem de despejo e, no ano seguinte, houve o embargo de novas construções. Como forma de se fortalecer e se consolidar enquanto um grupo que exerce uma atividade tradicional, em 2019 criaram o Coletivo Andorinhas. Através da articulação com a UFF, que é uma importante aliada dos agricultores familiares, eles receberam uma doação para construção de uma caixa d'água coletiva em 2021.

O PEA Rede Observação começou a atuar junto ao grupo de agricultores do Coletivo Andorinhas nesse mesmo ano. Devido à judicialização do conflito, desde 2022 o PEA fornece apoio jurídico aos agricultores no processo de reintegração de posse que corre no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Reunião dos agricultores com a advogada popular

Enquanto o processo tramita na justiça, os agricultores seguem se organizando coletivamente e buscando garantir o exercício de sua atividade produtiva. Na 10ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), realizada na UFF em 2023, o grupo conquistou mais visibilidade e garantiu sua participação nas feiras agroecológicas que ocorrem na universidade após a apresentação da cena de Teatro do Oprimido, produzida pelos próprios agricultores.

Ao longo do ano, foram ampliando a visibilidade e atualmente também participam de outras feiras: no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), no bairro Mar do Norte e na empresa OneSubsea, localizada na ZEN. Esse processo é uma conquista, pois garante o escoamento da produção agrícola.

Paralelamente, o grupo segue pleiteando reconhecimento e acesso a políticas públicas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesca de Rio das Ostras. Uma das pautas que vem sendo debatida nesse espaço é a proposta da prefeitura para alterar o zoneamento municipal.

Apresentação da cena de Teatro do Oprimido construída pelos agricultores

Agricultores escoam produção em feira agroecológica realizada na UFF

Segundo o Art. 3 da Lei Complementar nº 0090/2023, que dispõe sobre a alteração da lei complementar nº 27/2011- código de zoneamento do município de Rio das Ostras e dá outras providências, "As Zonas de Comércio e Serviços – ZCS compreendem os lotes confrontantes ao longo de rodovias ou grandes eixos viários e suas marginais, destinadas à implantação de atividades comerciais e de serviços que, por seu porte e natureza, sejam geradoras de tráfego pesado ou intenso". Dentre as áreas de interesse da prefeitura que terão o zoneamento alterado está o trecho do núcleo urbano de Cantagalo.

Há anos os agricultores e instituições aliadas, como a UFF e o Observatório, fazem um enfrentamento à proposta da prefeitura. Recentemente eles vêm pleiteando a abertura de uma consulta pública sobre a questão, tendo em vista os potenciais impactos dessa mudança. Afinal, a modificação do zoneamento legitima a descaracterização do território rural dessa localidade.

Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.

Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.

CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em Rio das Ostras
Alcimara Louzan
Anderlândia Gomes
Denaildes Mariano
Devaldo Mello
Edina Vanuza Dos Santos
Gelson Da Silva
Idacy De Souza Coutinho
Iracema Mariano
Itamar Ramos
José Junior
Luciana Silva
Maria De Loudes Gatto
Miguel Arcanjo
Naíres Paixão
Rodilson De Sá
Sueli Rodrigues
Tereza De Paula

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO
Coordenadora geral
Camila Panno

Orientador metodológico
Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa
Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular
Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido
Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladora local em Rio das Ostras
Karla Carvalho

EQUIPE PRIO
Coordenadora de socioeconomia
Aline Almeida

Pesquisa e elaboração
Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo
Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas
Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico
Pedro Biz

Ilustrações
Pedro Biz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: Rio das Ostras / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

28 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-740-8

1. Cartografia social – Rio das Ostras (RJ). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO_2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.

A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.